



GT - GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

## **OS MOVIMENTOS SOCIAIS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

Julia Mariane Januario de Souza<sup>1</sup>, Roberto Marinho Alves da Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem o objetivo de dialogar sobre as diferentes formas de organização política e movimentos sociais de resistência sertaneja, dando destaque ao instrumento de mobilização popular consolidado a partir da Articulação Semiárido Brasileiro, que reúne milhares de organizações na região em defesa da convivência com o Semiárido. Utilizando do materialismo histórico crítico-dialético que analisa a realidade em sua totalidade, considerando a formação histórica e os movimentos societários como constituintes e construtores do processo histórico, buscou-se investigar através de pesquisa qualitativa de material bibliográfico e documental como são construídos os estigmas sociais sobre uma região e como é possível fabricar uma abertura para um novo sentido a partir do paradigma da convivência, tendo os movimentos sociais como principais agentes desta mudança. Essa pesquisa inicia-se a partir do plano de trabalho denominado "Resistência sertaneja e organização política no Semiárido brasileiro no século XXI" que vem sendo desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

**Palavras-chave:** Semiárido brasileiro. Movimento Social. Articulação do Semiárido Brasileiro.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo se refere às influências dos processos de organização política a partir dos movimentos sociais que visam o fortalecimento da resistência sertaneja, a partir da construção de uma nova ótica social e de estratégias alternativas de convivência no Semiárido brasileiro (SAB). O objeto de estudo foi delimitado a partir de pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) sobre "Resistências sertanejas no Semiárido Brasileiro: A agricultura Familiar, entre mudanças climáticas, secas, ajuste fiscal e pandemia no século XXI (2010-2020)", inserido no Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço

<sup>1</sup> Estudante da graduação de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pesquisadora bolsista do grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social, e Serviço Social (GEPQPSOCIAL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Sustentável, é Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenador da pesquisa e orientador de iniciação científica.



Social (GEP - QPSOCIAL). O estudo da temática foi realizado entre 2022 e 2023 a partir do Plano de Trabalho "Resistência sertaneja e organização política no Semiárido brasileiro no século XIX".

O Semiárido brasileiro (SAB) é uma área geográfica de predomínio da semiaridez que abrange nove estados do Nordeste, além do norte de Minas Gerais. Segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o território abrange cerca de 12% do território nacional, onde estão localizados 1.262 municípios nos quais vivem cerca de 28 milhões de pessoas, segundo as estimativas demográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo 61,97% dessa população localizada nas zonas urbanas e 38,03% nas zonas rurais. Além da escassez hídrica derivada da irregularidade pluviométrica, a condição de solo predominantemente cristalino sentencia a essa área a dificuldade no armazenamento de água, devido à baixa profundidade da camada superficial com aflorações rochosas que caracterizam a paisagem geográfica. Apesar disso, no SAB encontramos a presença de dois principais biomas, sendo o bioma Caatinga predominante e endógeno, enquanto o cerrado predomina em áreas limítrofes com o Centro Oeste do país. No bioma Caatinga encontramos milhares de espécies vegetais que possuem como característica a capacidade de adaptação ao clima através do xeromorfismo, alterando sua forma para economizar água e sobreviver nos períodos secos.

Essas características ambientais e culturais decorrentes da formação demográfica produziram narrativas e imagens negativas sobre a região semiárida, atribuindo à natureza (as secas) e aos processos de miscigenação de raças (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999), a culpa pelas mazelas regionais, do baixo dinamismo econômico e social. O estigma imposto à região semiárida advindo, sobretudo das suas condições climáticas, é responsável por uma cultura de combate às secas e seus efeitos, tendo influenciado as políticas de engenharia hidráulica e as de cunho emergencial que assumem um caráter assistencialista e enfatizam a culpabilização generalizada de uma circunstância natural pela acentuação da desigualdade social. Essa perspectiva serve de base para o favorecimento da concentração fundiária e da dominação das riquezas e do poder político das oligarquias sertanejas, historicamente conhecida como "indústria das secas".



No entanto, contrariando o imaginário que foi historicamente produzido sobre essa região, o SAB possui um índice pluviométrico relativamente alto em comparação com outras regiões semiáridas no planeta, apesar da pluviosidade ser demasiadamente irregular e concentrada em apenas uma época do ano, o que determina uma ocorrência de oito meses de estiagem, além de períodos prolongados de poucas chuvas, conhecidos como "anos de secas", sendo seu último registro no período de 2012 a 2017, uma das maiores registradas historicamente (BURITI; BARBOSA, 2018).

Nesse contexto, a agricultura e a pecuária de base familiar são as formas de trabalho predominantes nessa região (SILVA, et al., 2017). Entretanto, devido às carências que perpassam a falta de acesso à terra e a água, a baixa escolaridade e a dificuldade de acesso à assistência técnica e às tecnologias, essa é uma dimensão historicamente precarizada. Indo de encontro a essa visão enviesada e superficial do poder político hegemônico, o longo processo de mobilização organizativa da sociedade civil, comprometida com o reconhecimento da vivência sertaneja em toda a sua dimensão favoreceu um caminho para que se constitua um novo paradigma da convivência com o Semiárido que, segundo Silva (2010, p.188), "expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza".

Esse paradigma aborda as condições de vida no semiárido a partir de um novo sentido e direção que reconhece a necessidade de apropriação da região em toda a sua vasta dimensão, reconhecendo a indispensabilidade da construção de políticas sociais que reforcem a autonomia de seus habitantes e na inserção de estratégias de desenvolvimento que não se limitem apenas ao viés econômico, mas que seja permitido pensar em outro sentido para a palavra desenvolvimento.

A convivência é uma proposta cultural que visa contextualizar saberes e práticas (tecnológicas, econômicas e políticas) apropriados à semi-aridez (sic), reconhecendo a heterogeneidade de suas manifestações sub-regionais, considerando também as compreensões imaginárias da população local sobre esse espaço, suas problemáticas e alternativas de solução que se foram construindo e desconstruindo ao longo da história de sua ocupação. (SILVA, 2010, p. 188-189)



A perspectiva da convivência é fruto dos debates e manifestações de organizações (movimentos sociais, ONG'S, Grupos de Trabalho e comunidades religiosas, entre outros.) que constituíram a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>3</sup>, mediados por frentes de intervenção que mantêm essas organizações articuladas em rede (BRITO, 2007, p. 240). Dessa forma, no presente artigo, busca-se analisar as diferentes formas de organização política que se caracterizam como movimentos sociais de resistência sertaneja no Semiárido brasileiro, dando destaque à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) enquanto instrumento de mobilização popular consolidada a partir do paradigma da convivência com o Semiárido.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo está estruturado em mais três seções, sendo as duas próximas de explicitação de referencial teórico e de metodologia, e a seguinte apresenta os resultados da análise sobre os movimentos societários no Semiárido.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

---

Além do aprofundamento da compreensão sobre o Semiárido brasileiro, a principal categoria de análise do presente estudo se refere aos movimentos sociais. Diversas obras e autoras/es brasileiras/os (GOHN, 2011; SCHERER-WARREN, 2006; BRITO, 2007; entre outros) aprofundaram seus estudos sobre essa categoria sociológica que trata da existência de ações coletivas e mobilizações sociais que promovem mudanças ou alterações na realidade histórica. Esses estudos se orientam por diferentes teorias que enfatizam as características, significados e formas do fenômeno da ação coletiva através dos tempos, de acordo com a expansão do capitalismo e considerando as particularidades das formações sociais nas quais os movimentos se constituem e agem.

Para dar direcionamento ao presente estudo seguiremos uma abordagem desenvolvida por Maria da Glória Gohn (2008) que considera os movimentos sociais

---

<sup>3</sup> A ASA é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip etc. – que atuam em todo o Semiárido brasileiro (MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA).



enquanto "[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas." (GOHN, 2011. p.335). Considera-se essa escolha apropriada por dialogar sobre as diferentes manifestações de movimentos sociais (motivações, tipos, formas de organização e atuação, sujeitos etc.) considerando os diferentes contextos históricos brasileiros.

Os movimentos sociais são de importante relevância no âmbito da organização política e mobilização coletiva, sendo constituídos a partir das necessidades das classes subalternas. É preciso considerar que, no contexto da sociedade capitalista, essas manifestações ocorrem geralmente quando se agravam as condições sociais (empobrecimento) ou quando a atuação do Estado, enquanto responsável por responder às expressões da questão social através do desenvolvimento de políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 51), é insatisfatória. Os movimentos sociais populares expressam as desigualdades sociais e lutam por direitos sociais contra as mazelas da sociedade e seus processos de reprodução da pauperização, de modo que urge a necessidade de a população atingida reivindicar seus direitos. Posto isso, os movimentos sociais se configuram como valioso meio de mobilização coletiva que pode ser desenvolvida a partir de uma série de questionamentos e denúncias e da busca de realização de um interesse comum que dá fundamento às ações.

Gohn (2011) destaca que os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Sendo assim, são espaços que permitem o surgimento de novas formas de pensar a vida em sociedade, prezando pela inclusão de atores sociais. A discussão sobre movimentos sociais possui caráter sociopolítico e permite o surgimento de indagações sobre a conjuntura e ideologia hegemônica da sociedade. Em outros termos, é uma maneira de viabilizar o diálogo entre as demandas sociais dos sujeitos através das mais diversas estratégias organizacionais.

As definições clássicas determinam características básicas para a denominação dos movimentos sociais, sendo elas: identidade, opositor e a relação com um projeto de vida ou de sociedade. (GOHN, 2011). Dito isto, pode-se compreender que os indivíduos se unem a partir de uma identificação, sendo elas uma ideologia em comum, o reconhecimento cultural ou a reivindicação de uma demanda e assim constroem uma força coletiva que dá a possibilidade da conquista do que está sendo



reivindicado. Gohn conclui sua definição renovando o ideário clássico da Revolução Francesa, presente na perspectiva atual dos movimentos sociais:

A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. (GOHN, 2011, p.337.)

Destaca-se assim que os movimentos sociais de ideologia progressista têm um papel relevante na construção de um imaginário que chame atenção para a possibilidade de construir uma nova perspectiva de sociedade mais solidária e inclusiva. Tendo como base essa definição, busca-se avançar na análise, a partir da obra de Brito (2007), sobre as experiências organizativas da Articulação do Semiárido Brasileiro, destacando a noção da cidadania democrática que nos permite compreender como uma “rede solidária” é capaz de mover-se como movimento social em seu espaço de atuação, ultrapassando e superando os limites burocráticos organizacionais e demonstrando a possibilidade de se fazer sujeito coletivo independente e portador de processos de transformação.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

---

A pesquisa é orientada pelo método do materialismo histórico crítico-dialético, sendo assim, analisa a realidade a partir de uma perspectiva crítica, considerando a dinâmica dos processos históricos da sociedade e suas contradições, seguido pela metodologia de pesquisa qualitativa a partir de estudos bibliográficos e documentais.

A revisão da literatura contribui para apreensão dos diferentes contextos históricos e dos conteúdos e significados sistematizados por autores e obras, destacando o aprofundamento de duas categoriais principais: convivência com o Semiárido (SILVA, 2010) e movimentos sociais (GOHN, 2011; SCHERER-WARREN, 2006; BRITO, 2007). Quanto aos estudos documentais, foram realizados, sobretudo, no portal da ASA na WEB, possibilitando identificar suas formas de incidência na realidade.

Os estudos possibilitaram apreender a realidade do Semiárido brasileiro a partir das suas complexas características ambientais e dos processos históricos da





ocupação humana e da formação social no contexto nacional, considerando não apenas o cenário de desenvolvimento econômico, mas também as nuances das relações sociais e das expressões culturais construídas pela comunidade sertaneja que compõe essa região. Na análise dos processos históricos que perpassam a formação do Semiárido brasileiro, foi possível verificar importantes movimentos sociais que expressam formas diferenciadas de resistência, de revolta (passiva e ativa) e, mais recentes, de reivindicação e de proposição de um projeto social de sustentabilidade, orientado pela perspectiva da convivência, conforme apresentaremos a seguir.

## 4 RESULTADOS

---

O Semiárido brasileiro tem registro de diversas organizações populares que buscaram e buscam dar voz aos problemas e enfrentá-los com base na ação coletiva. Mesmo quando os movimentos sociais na região não eram propriamente definidos, já havia manifestações desse cunho, a exemplo dos movimentos sociorreligiosos, – ou seja, movimentos que são formados a partir de uma orientação religiosa – cujos registros mais conhecidos dessas manifestações no sertão nordestino são o Arraial de Canudos, no sertão da Bahia, e os Caldeirões de Santa Cruz do Deserto, no cariri cearense. Tais experiências têm seu destaque pelas características de resistência e formação organizativa não institucionalizada.

Canudos foi uma comunidade guiada pelo líder messiânico Antônio Conselheiro que fundou a cidade de Belo Monte, cidade essa que ficou conhecida como “oásis” do sertão (NOGUEIRA; 1974), visto que em meio as condições de pobreza territoriais conseguia se destacar através das relações de solidariedade, essa comunidade foi responsável por aglutinar o povo sertanejo que vivia como nômade buscando fugir das mazelas que assolavam a região semiárida dominada por coronéis e jagunços e ignorados pelo Estado. (PINHEIRO; DUARTE, 2020). Dessa forma, em Canudos, um significativo número de homens e mulheres sertanejos eram liderados por um líder messiânico que conseguiu agregar e organizar essas pessoas a partir de promessas futuras de salvação, mantendo uma base de controle moral e religiosa, que se expressava também em valores e práticas de cooperação para realização do trabalho coletivo visando a satisfação das necessidades comuns.



Importante destacar que essa parte da população sertaneja que frequentava ou morava no Arraial de Canudos e que enfrentou o exército brasileiro no final do século XIX, era composta pelas minorias (remanescentes indígenas, ex-escravos e pequenos produtores), historicamente abandonadas pelos órgãos governamentais da recém implantada República, que buscavam no conforto espiritual (segurança em uma promessa de salvação divina) e no trabalho coletivo, uma maneira de amenizar os impactos da extrema pobreza à qual estavam submetidos.

Sendo assim, verifica-se a importância de resgatar esse processo histórico, considerando a possibilidade de uma parte da população construir uma convivência na região semiárida baseada na partilha do uso de terras comuns, visando a cooperação nas atividades agrícola, pecuária e artesanal, através da produção para a subsistência, orientada para a satisfação de necessidade e a melhoria das condições de vida populacional. Sendo exatamente esse o motivo de sua ruína, visto que Canudos sofreu ataques militares (PINHEIRO; DUARTE, 2020) por ser visto como uma ameaça à hegemonia coronelista religiosa e política da época, devido ao abalo na mão de obra dos latifundiários e a interpretação dos princípios bíblicos que não era a mesma da igreja.

Assim como Canudos, Caldeirões de Santa Cruz do Deserto, nas primeiras décadas do Século XX, se constituiu como uma organização popular de caráter coletivo de inspiração religiosa popular, localizada no território do Cariri cearense, sendo seu líder messiânico José Lourenço e principal influenciador, o Padre Cícero Romão Batista. Essa também foi uma organização que, a partir de uma identidade religiosa popular expressa tanto uma forma de resistência passiva (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999), baseada na crença do conforto da salvação pós-morte, que se tornou resistência ativa que escapava da ordem social hegemônica, a partir da constituição de uma vida em comunidade baseada na cooperação e na solidariedade inspirada por sentimentos religiosos cristãos, tendo sido capaz de mobilizar sua população em prol da agricultura e da pecuária coletiva, além de construir açudes que evitaram que os camponeses sofressem com as secas.

Cariry (1981) aponta que os moldes de vida social e econômica de Caldeirões se assemelhavam aos de uma sociedade de inspiração socialista, tendo demonstrado





na prática que existem outras possibilidades de socialização dos meios de produção e de distribuição justa da riqueza produzida, que são ignoradas propositalmente pelo sistema capitalista hegemônico de centralização e concentração de riquezas nas mãos de uma minoria. Por esse motivo, assim como em Canudos, as oligarquias sertanejas (coronéis latifundiários) sentiram-se ameaçados por perderem a mão de obra, sendo a "ameaça comunista" uma justificativa para a invasão e expulsão dos moradores da comunidade. A perseguição se alastrou de diversas formas, incluindo a transformação de Caldeirões em um "campo de concentração", colocando a comunidade em situações precárias de vida, até o dia em que o que restou da comunidade foi completamente dizimada, inclusive com bombardeios promovidos pela Força Aérea Brasileira, conforme os relatos históricos.

Os relatos sobre Caldeirões e Canudos demonstram um forte poder de resistência sociocultural e político, atrelado às concepções religiosas que são reflexo de seu próprio tempo, contra as mazelas sociais que a população do sertão brasileiro enfrentava e ainda enfrenta, demonstrando que há diferentes possibilidades de constituição de vida em sociedade. Expressam também práticas e sentimentos orientados à possibilidade de convivência com o Semiárido, a exemplo da captação e armazenamento da água da chuva, os relatos sobre práticas de manejo da natureza e de formas apropriadas de produção, além do modo de vida em sociedade que não perpassam ou se orientam pelas estratégias de exploração e expropriação do trabalho humano no sistema capitalista e que fortalecem a autonomia e as noções de comunidade e cidadania dos indivíduos.

Essas experiências de mobilização e organização social aqui relatadas têm sido inspiradoras de outros movimentos sociais sertanejos que buscam maior autonomia e fortalecimento das capacidades de resistência da população local a partir de novas práticas socioprodutivas, de relação com a natureza e a vivência de relações sociais baseadas na solidariedade e na cooperação. Essas práticas e valores estão presentes também em novas formas de organização popular que surgem no século XX e que se expandem no atual momento histórico, através dos novos movimentos sociais organizados em rede que se firmam no Brasil e não obstante na região semiárida, comprometidos com as estratégias de resistência do povo sertanejo.



A partir dos anos 1950 a perspectiva de modernização econômica nacional com base na industrialização tem destaque a partir das ações adotadas pelos governos, sendo essa perspectiva a que dita os rumos do progresso do país. Ocorre que esse processo vinha se dando de forma concentrada no território central e sul do Brasil, ampliando as desigualdades internas ao país, fazendo emergir a questão regional. Segundo Brito (2007), a região Nordeste que sempre foi interpretada como uma região de atraso econômico e social, a partir das pressões para que o Estado mudasse a sua postura na região, passou a ser vista como objeto de aplicabilidade de recursos que visassem a superação desse atraso através dos impulsos ao desenvolvimento econômico. A partir da pressão e mobilização social para mudanças nas políticas públicas na região Nordeste, foram criados novos órgãos governamentais (Chesf, Banco do Nordeste e a Sudene, por exemplo) que possibilitam o planejamento e a atração de novos investimentos para o Nordeste. Assim, a região nordeste a partir da década de 1950 foi marcada pela influência de aparatos estatais preparados para desenvolver a região, com destaque para o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, coordenado por Celso Furtado é um exemplo de iniciativa dedicada a pensar nessas estratégias de desenvolvimento, sendo a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Condene) e posteriormente a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) marcas desta fase política brasileira.

As mobilizações iniciadas no período desenvolvimentista brasileiro estavam orientadas também pela superação da perspectiva de combate à seca que demarcava este fenômeno natural como maior causador das problemáticas que assolava a região semiárida, sendo a causadora da fome, da miséria e da ausência de perspectiva de qualidade de vida na região. Nesse período, os projetos advindos das políticas estatais se sustentam na ideia de que o problema do Nordeste brasileiro como um todo e principalmente o sertão nordestino seria seu atraso econômico, por isso a solução seria o desenvolvimento de tecnologias que superassem esse quesito.

Contudo, mesmo quando se verificaram as mudanças, estas se limitaram a medidas econômicas e tecnológicas sem incidência para as condições de existência da população, pelo contrário, a pobreza e as desigualdades sociais continuaram crescentes. (BRITO, 2007, p.198).



Essa limitação de pensamento acerca da região do Nordeste brasileiro perdurou como principal visão até o processo de redemocratização do Brasil pós-ditadura militar consolidado pela constituição de 1988. Sendo esse período palco para a forte mobilização dos variados movimentos sociais que lutavam por espaço de destaque e pela conquista de direitos, quando a presença dos movimentos de luta pela terra e dos ambientalistas marcaram a conjuntura. Brito (2007) aponta que é nesse cenário que as organizações políticas interessadas na realidade do Semiárido e em respostas que ultrapassassem o desenvolvimento econômico se instauram, amparadas por uma discussão global acerca das questões ambientais e pela aparição de novas figuras governamentais comprometidas com a construção de políticas públicas de combate à desigualdade social. Assim como também é indicado por Silva (2010) que este foi um período de diálogo aberto junto aos movimentos ambientalistas, que promoviam uma ponte entre democracia e sustentabilidade do desenvolvimento.

No Semi-Árido (sic), o apoio à organização popular, como instrumento de democratização da esfera da política, é concebido como um caminho adequado para romper com as práticas de uso e apropriação privada dos bens e recursos públicos que se destinam ao desenvolvimento regional e para eliminar a manipulação eleitoral da miséria nas ações emergenciais. (SILVA, 2010, p.221).

Dessa maneira, desde o final do século XX vem sendo construída a discussão acerca de um novo paradigma de sustentabilidade no Semiárido brasileiro, focando na melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, de agora em diante utilizando de meios solidários e de projetos coletivos. Com isso desenvolve-se o paradigma de convivência com o Semiárido, partindo da concepção de que não é possível “combater” um fenômeno natural físico climático que é inerente à região, mas sim, que a população sertaneja tenha a capacidade de adaptar-se, através de estratégias de convívio com a natureza, contando com o apoio e suporte das políticas públicas orientadas pela direção social da convivência.

Dentre as manifestações populares ocorridas no semiárido brasileiro nesse período, foi constituída uma nova estratégia de mobilização social de caráter permanente, com formato de rede de articulação, envolvendo diversos tipos e formas de sujeitos coletivos, de organizações sociais e políticas que constroem práticas e propõem políticas orientadas pela convivência com o Semiárido. A Articulação do



Semiárido (ASA) se configura como uma articulação em rede que se envolve com pautas distintas, mas que conversam entre si por um objetivo central: ser a expressão organizativa do paradigma da convivência (BRITO, 2007. p.199).

Segundo Brito (2007) é a trajetória e a consolidação de lutas em favor de mudanças reais na realidade semiárida que está na base da constituição da Articulação do Semiárido e que possibilita o diálogo para a efetivação de políticas públicas, como os programas descentralizados de captação e armazenamento de água de chuva, de proteção de sementes nativas, de incentivo à agroecologia no modelo de produção da agricultura familiar, de incentivo à autonomia das mulheres, entre outras. Além disso, a ASA tem sido um instrumento de denúncia de permanência da concepção e das ações governamentais de combate à seca, bem como do processo de modernização produtiva no Semiárido orientada para concentração e acumulação de riquezas, ficando a maior parte da população sertaneja com os ônus desse processo, sujeita à mazelas decorrentes do agravamento da desigualdade social e dos impactos ambientais da desertificação no bioma caatinga, por exemplo.

A Declaração do Semiárido, primeiro documento público de constituição da ASA, configurou-se em um manifesto de afirmação da luta política pela visibilidade semiárida e, também, elemento principiador da própria ASA, essa declaração limita os princípios, interesses e reivindicações acerca da nova direção social que deveria ser adotada pelos representantes políticos. Dessa maneira, as organizações políticas, sejam elas movimentos sociais ou ONG'S precisam estar de acordo com os princípios da convivência, sendo eles o fortalecimento da agricultura familiar sustentável como eixo central da estratégia de convivência, a garantia da segurança alimentar da região, o uso de tecnologias e metodologias sociais adaptadas que possibilitem a universalização do abastecimento em água para beber e cozinhar, a articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, o acesso ao crédito e aos canais de comercialização, como meios indispensáveis para ultrapassar o estágio da mera subsistência. (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO, 1999).

Porém, por ser uma rede extremamente vasta que atua em muitos âmbitos organizativos, de maneiras diferentes em suas sedes em cada estado e na sua



dimensão nacional, os questionamentos acerca da designação da ASA como movimento social são fontes geradoras de discussões. Dessa forma, é necessário ater-se às características próprias da ASA, como um tipo de “movimento social em rede”, enquanto espaço de articulação de uma miríade de organizações de diferentes tipos e âmbitos de atuação, mas que se agregam em torno de objetivos e pautas coletivas possibilitando a construção de estratégias de mobilização irradiadoras de direitos sociais no Semiárido:

[...] Uma trajetória que articula grupos comunitários, comunidades de base, sindicatos – os quais que realizam o trabalho organizativo e mobilizador na base, no local onde as pessoas vivem e trabalham – e passa pela realização de ações mais articuladas ou mobilizações que foram constituindo estruturas organizativas, que, por sua vez, fortaleceram as mobilizações e o enfrentamento do poder instituído, como foi a ocupação da SUDENE, e de outros órgãos públicos em quase todos os estados da região. (BRITO, 2007 p. 231)

Outro fator de questionamento à natureza da ASA como movimento social, está relacionado à sua dimensão executora, de intervenção direta na realidade, pelo desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais de abastecimento hídrico e de práticas produtivas. O caráter que a ASA assume de espaço de formulação, negociação como poder público e da complexa organização da execução do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido – Um milhão de Cisternas (P!MC) e do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), entre outros, pode conferir um caráter de que se trata de mais uma Organização da Sociedade Civil (OSC) constituída para captação de recursos e realização de parcerias com o Estado. No entanto, essas iniciativas que são, de fato, agregadoras de maior parte dos sujeitos da ASA, são apenas expressões de um conjunto de mobilizações e incidências políticas em torno da Convivência com o Semiárido. Ademais, os dois programas acima citados são também instrumentos de mobilização de forças e de organização comunitárias em defesa de um novo projeto político para o Semiárido brasileiro.

É nessa perspectiva que a Articulação do Semiárido se configura como uma rede organizativa que cumpre as definições de movimento social estabelecidas por Gohn, sendo esta ampla organização responsável por desenvolver as maiores manifestações em prol dos princípios da convivência com o Semiárido.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Os estudos realizados apontam que, a partir da articulação de demandas e da construção de uma identidade em torno da convivência com o Semiárido, e respeitando os movimentos implicados em diversas outras formas de luta no Brasil, a ASA tem uma significativa capacidade de mobilização política, que mobiliza milhares de sujeitos na reivindicação de direitos do Semiárido, se fazendo presente nos espaços participativos e através de seus meios de comunicação.

Como indicado por Silva (2010), o paradigma da convivência com o Semiárido passa por algumas dimensões, sendo uma delas o reconhecimento da conquista política, conquista essa capaz de "transformações socioeconômicas necessárias à garantia da dignidade da maioria da população sertaneja". (SILVA, 2010, p. 219). Portanto, é necessário chamar atenção para o fato de que conquistas no âmbito político estão em constante disputa e nunca são garantidas de maneira definitiva.

No campo da política, a construção de uma contra-hegemonia refere-se à ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada nos processos de formulação e execução de políticas públicas. A convivência requer, portanto, o fortalecimento organizativo da sociedade civil e a ampliação dos mecanismos e espaços institucionalizados e alternativos de participação cidadã [...]. (SILVA, 2010, p.220).

Por isso, a presença e a manutenção das organizações políticas e especificamente da Articulação Semiárido Brasileiro como instrumento político é de extrema importância para manter a visibilidade das questões e demandas da população sertaneja que vive e trabalha no Semiárido, a partir do paradigma da convivência, confrontando indo de encontro com as definições hegemônicas autoritárias ainda pautadas no clientelismo e no assistencialismo, que reforçam o combate à seca e as intervenções pontuais de modernização conservadora, perpetuadas através da trajetória histórica de intervenção regional.

A ASA em toda a sua proporção tem a capacidade de proporcionar a valorização e reconstrução dos saberes da população, ressignificando o imaginário e





favorecendo o reconhecimento identitário do espaço. Além disso, a sua atuação política tem sido fundamental para construir políticas públicas de convivência, tais como P1MC e o P1+2, que têm a proposta de construir cisternas de armazenamento de água para consumo atrelada a perspectiva de autonomia do sujeito e da educação para a convivência.

Dessa forma, pode-se concluir que a atuação da ASA como movimento social contribui diretamente para o fortalecimento da resistência sertaneja através do paradigma da convivência com o Semiárido. Entretanto, é preciso ater-se a realidade política brasileira vivenciada nas últimas décadas, permeada pela ascensão de um neoliberalismo que reforça os velhos hábitos adotados pelo poder público e que, como projeto político, escolhe esquecer e negligenciar a região, como apontado através das diversas cartas de manifestação que a Articulação emitiu no período de 2016-2022, período de rupturas institucionais e de um intenso processo de ajuste fiscal, que criminalizaram os movimentos sociais e fragilizaram a potencialidade organizativa da ASA a partir do corte de recursos, evidenciando o campo de disputa acirrado entre a ideologia dominante e as estratégias de construção de movimentos contra-hegemônicos na realidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 1999.

BRITO, Paulo Afonso Barbosa de. **Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do Semi-Árido - ASA.** – Recife, 2007.

BEHRING; BOSCHETTI, 2008

BURITI, C. O.; BARBOSA, H. A. **Um século de secas: porque as políticas hídricas não transformaram o semiárido brasileiro?** Lisboa/Portugal: Editora Chiado, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade.** Grupo de trabalho movimentos sociais e educação, Minas Gerais, p. 333-357, 10 out. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 29 março. 2023

NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.



PINHEIRO, R. S; DUARTE, T. S. **Guerra de Canudos (1896 – 1897): Da Emancipação Sertaneja a Barbárie Promovida pelo Estado-Nação.** Revista Geonordeste, São Cristóvão, p. 131-145, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/12515>. Acesso em: 2 ago. 2022

SCHERER-WAREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Fortaleza: BNB, 2010.

SILVA, R. M. A. da; AQUINO, J. R. de; COSTA, F. B.; NUNES, E. M. **Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017.** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 55, ed. especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 314-338, dez. 2020.

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Resolução de delimitação do semiárido, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene>. Acesso em: 29 de março. de 2023.